

HABEAS CORPUS Nº 533.070 - PE (2019/0273573-8)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
RAFAEL ALCOFORADO DOMINGUES - PE040320
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PACIENTE : ISAQUIEL DE ANDRADE GOMES (PRESO)
OUTRO NOME : ISAQUIEL GOMES DE ANDRADE
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado pela Defensoria Pública estadual em benefício de ISAQUIEL DE ANDRADE GOMES (ou ISAQUIEL GOMES DE ANDRADE) contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco que denegou a ordem visada no *Writ* n. 0003584-66.2019.8.17.0000 para manter a segregação cautelar decretada em desfavor do ora paciente nos autos da ação penal em que foi denunciado pela suposta prática dos delitos tipificados nos arts. 157, § 2º, incisos I e II, c/c o art. 70, ambos do Código Penal, e 244-B, *caput*, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Sustenta a impetrante, em síntese, a ocorrência de constrangimento ilegal, consubstanciado no flagrante excesso de prazo para a formação da culpa, uma vez que, "*sem culpa alguma da Defesa, encontra-se o Paciente privado de sua liberdade de locomoção HÁ 03 (TRÊS) ANOS E 02 (DOIS) MESES*" (e-STJ fls. 4).

Esclarece, ainda, que, "*não obstante a instrução ter sido encerrada, o processo ainda não se encerrou, estando o acusado preso por período completamente desproporcional a uma medida cautelar*" (e-STJ fl. 5).

Requer, por fim, a concessão da ordem para relaxar a prisão preventiva decretada em desfavor do paciente.

Liminar indeferida.

Informações prestadas pelo Juiz processante, à e-STJ fl. 60, dão conta de que o processo encontra-se concluso para sentença.

Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal opinou pela "*denegação da ordem, com recomendação para que se promova maior celeridade na instrução do feito criminal*" (e-STJ fl. 67).

É o relatório.

Inicialmente, destaca-se que o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do HC n. 109.956/PR, buscando dar efetividade às normas previstas no art. 102, inciso II, alínea *a*, da Constituição Federal, e nos arts. 30 a 32 da Lei n. 8.038/1990, passou a não mais admitir o manejo do *habeas corpus* originário perante aquela Corte em substituição ao recurso cabível, entendimento adotado pelo Superior Tribunal de Justiça a fim de que fosse restabelecida a organicidade da prestação jurisdicional que envolve a tutela do direito de locomoção.

Assim, insurgindo-se a presente impetração contra acórdão do Tribunal de

origem que denegou a ordem pleiteada no prévio *writ*, mostra-se incabível o manejo do *habeas corpus* originário, já que não configurada nenhuma das hipóteses elencadas no art. 105, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, razão pela qual não merece conhecimento.

Entretanto, o constrangimento apontado na inicial será analisado a fim de que se verifique a existência de flagrante ilegalidade que justifique a atuação de ofício por esta Corte Superior de Justiça.

Dos elementos colacionados nos autos, infere-se que o ora paciente, após ser preso em flagrante em 26/7/2016, teve convertida a prisão em preventiva na audiência de custódia realizada no dia seguinte e, posteriormente, foi denunciado pela suposta prática dos delitos tipificados nos arts. 157, § 2º, incisos I e II, c/c o art. 70, ambos do Código Penal, e 244-B, *caput*, do Estatuto da Criança e do Adolescente, porque, juntamente com outros cinco comparsas, sendo dois adolescentes e um ainda não identificado, e mediante grave ameaça exercida com emprego de armas de fogo, teria subtraído o veículo automotor e outros bens pessoais das vítimas.

Quanto aos fatos, consta dos autos que no dia 26 de julho de 2016, o denunciado e os corréus, em união de desígnios e munidos de duas armas de fogo, abordaram as vítimas quando estavam estacionadas em plena via pública e, subtraindo-lhes o automóvel e outros bens pessoais, empreenderam fuga na sequência.

Ocorre que, logo em seguida, em abordagem de rotina, o réu e seus comparsas se recusaram à ordem policial de parada, iniciando-se perseguição na qual houve, inclusive, disparos de arma de fogo contra a guarnição envolvida. O motorista logrou êxito em fugir a pé e os demais agentes, entre eles o ora acusado, foram detidos pela autoridade policial, encontrando-se no veículo os pertences das vítimas e um revólver da marca Taurus, calibre .38.

Diante dos fatos, o Juiz primevo decretou a prisão preventiva do réu para a garantia da ordem pública e para assegurar a aplicação da lei penal, "*considerando-se, sobretudo, o 'modus operandi' do delito*", pois "*eles teriam utilizado arma de fogo para causar temor aos ofendidos*". Acrescentou, ainda, que teria "*resistido violentamente à prisão, efetuando disparos de arma de fogo contra a viatura policial*" (e-STJ fls. 18-19).

Concluindo, o Magistrado singular destacou que não é "*recomendável, cabível, nem adequada, ao menos no presente momento procedimental, a concessão de medidas cautelares alternativas ao cárcere*" (e-STJ fl.19).

Inconformada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem, consignando que "*o feito vem tramitando com regularidade, sem indicações de que tenha havido desídia do Juiz processante, tampouco inércia da secretaria da vara*" (e-STJ fl. 34), estando, inclusive, os autos conclusos para sentença.

Quanto aos fundamentos da segregação, afirmou o colegiado estadual que "*o decreto preventivo foi devidamente lastreado na garantia da ordem pública, em razão da periculosidade do agente, reveladas pelas circunstâncias do crime*" (e-STJ fl. 37).

Pois bem.

Delineado o contexto fático processual, cumpre ressaltar, inicialmente, que, como tem orientado a doutrina e decidido esta Corte de Justiça, os prazos indicados na legislação pátria para finalização dos atos processuais servem apenas como parâmetro geral, não se podendo deduzir o excesso tão somente pela soma sua aritmética, admitindo-se, em

homenagem ao princípio da razoabilidade, certa variação, de acordo com as peculiaridades de cada processo, devendo o constrangimento ser reconhecido como ilegal somente quando o retardo ou a delonga sejam injustificados e possam ser atribuídos ao Judiciário.

Deste modo, certo é que, em razão do princípio constitucional da razoável duração do processo, deve o Estado prezar pela célere prestação jurisdicional, **o que não se vislumbra na espécie**, devendo o manifesto constrangimento ilegal a ser sanado por este Superior Tribunal, ainda que de ofício.

No caso, trata-se de ação penal onde se apura a ocorrência de crime dotado de especial gravidade - roubo majorado praticado em concurso de agentes, inclusive com dois adolescentes, e mediante grave ameaça exercida com emprego de armas de fogo.

De acordo com o contido nos autos, o paciente se encontra segregado desde **26/7/2016**, tendo sido a denúncia oferecida em **5/8/2016** e recebida em **15/8/2016**. A resposta à acusação foi apresentada no dia **6/10/2016** e a audiência de instrução, debates e julgamento aconteceu em **18/5/2017**, encontrando-se o feito concluso para sentença desde **14/8/2019**.

Como se depreende do histórico acima relatado, o paciente encontra-se privado de sua liberdade de locomoção há mais de **3 (três) anos e 4 (quatro) meses** (desde 26/7/2016), tempo este que não se mostra razoável, mesmo se considerado o *quantum* da pena em abstrato.

Dessa forma, não obstante a gravidade da conduta perpetrada pelo denunciado, não havendo previsão de quando haverá a prolação de sentença, resta configurado, a toda evidência, manifesto constrangimento ilegal passível de ser sanado pela via eleita, até porque, ao que tudo parece, o paciente não deu causa à delonga - encontra-se preso desde o dia posterior aos fatos.

Nesse sentido, colhe-se da jurisprudência:

PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. NÃO CABIMENTO. ROUBO MAJORADO (CONCURSO DE AGENTES). EXCESSO DE PRAZO. AÇÃO PENAL SIMPLES. DEMORA INJUSTIFICADA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL CONFIGURADO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

1. O habeas corpus não pode ser utilizado como substitutivo de recurso próprio, a fim de que não se desvirtue a finalidade dessa garantia constitucional, com a exceção de quando a ilegalidade apontada é flagrante, hipótese em que se concede a ordem de ofício.

2. Eventual constrangimento ilegal por excesso de prazo não resulta de um critério aritmético, mas de uma aferição realizada pelo julgador, à luz dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, levando em conta as peculiaridades do caso concreto, de modo a evitar retardo abusivo e injustificado na prestação jurisdicional.

3. Na hipótese, o paciente foi inicialmente denunciado pelo crime de furto qualificado na sua forma tentada. Embora tenha sido

preso no dia 18/3/2018, a audiência de instrução foi realizada somente no dia 22/11/2018, momento em que o Ministério Público decidiu aditar a denúncia imputando o crime de roubo majorado. Após um ano e oito meses de prisão, a ação penal - que não apresenta complexidade acima do normal pois conta com apenas um réu e apura um único fato criminoso, o qual não se reveste de gravidade excepcional - ainda não foi concluída. Constrangimento ilegal configurado. Precedentes.

4. Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida de ofício para relaxar a prisão preventiva do paciente, expedindo-se o alvará de soltura.

(HC 525.427/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 07/11/2019, DJe 22/11/2019)

Entretanto, em razão das graves circunstâncias em que praticado o delito, que denotam a periculosidade do ora paciente, levando a crer existentes **elementos suficientes para a prisão preventiva**, que **deve ser afastada somente em razão da existência de evidente constrangimento ilegal decorrente do excesso de prazo para a formação definitiva da culpa**, faz-se imperiosa a aplicação de medidas cautelares alternativas, nos termos do art. 319, incisos I, III, IV, V e IX, do Código de Processo Penal, sem prejuízo de outras a serem fixadas pelo Magistrado singular, harmonizando-se desta forma os direitos do acusado com a necessidade de manutenção da ordem pública.

Diante do exposto, **não se conhece** do *habeas corpus*. Contudo, **concede-se a ordem de ofício** para determinar o relaxamento da prisão preventiva do ora paciente, devendo ser imediatamente colocado em liberdade, desde que por outro motivo não esteja preso, mediante imposição das medidas cautelares alternativas indicadas.

Publique e intinem-se.

Brasília, 02 de dezembro de 2019.

Ministro Jorge Mussi
Relator